

**Da afinidade à acção**  
*From Affinity to Action*

PAULO TUNHAS\*

Universidade do Porto, Portugal

**Abstract**

From the very beginning of his philosophical work Fernando Gil looked for a harmony between the Kantian project and certain pre-Kantian modes of thinking, such as the Leibnizian. In his later work he also searched for harmony with the post-Kantian philosophy of Fichte. Such is the double origin of his deeply original philosophy of knowledge, which I analyze in this article.

**Key words**

Affinity. Intelligibility. Action.

**Resumo**

A filosofia de Fernando Gil busca, desde o início, um acordo do projecto kantiano com certos modos pré-kantianos de pensar, nomeadamente o de Leibniz. E igualmente, a partir de certa altura, com um certo pós-kantismo, o de Fichte. Estes dois acordos são fundamentais na constituição de uma filosofia do conhecimento profundamente original, que analiso neste artigo.

**Palavras-chave**

Afinidade. Inteligibilidade. Acção.

Dizer que há, no pensamento de Fernando Gil (1937-2006)<sup>1</sup>, uma evolução que o conduz de Kant a Fichte não é estritamente verdadeiro, e isso pelo menos por duas razões. A primeira é que Fichte sempre foi, e isso desde o início da sua carreira filosófica, um

---

\* Instituto de Filosofia, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail de contacto: paulo.tunhasgmail.com

<sup>1</sup> Para uma introdução geral à filosofia de Fernando Gil, permito-me reenviar a P. Tunhas, *O essencial sobre Fernando Gil*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, 2007.

pensador que lhe foi caro. A segunda é que o termo “evolução” sugere o abandono de algo que fica para trás, tal como as “cascas de ovo” de que falava Wittgenstein. Ora, tal não aconteceu sem dúvida a Kant no pensamento de Fernando Gil. Mas se limitarmos a ideia de “evolução” à ideia de “aprofundamento”, há, de facto, uma evolução de Kant para Fichte em Fernando Gil, e ela testemunha da sua busca cada vez mais acentuada dos estratos mais arcaicos do pensamento.

“Em todas as artes o problema seria aparentemente escrever como Balzac depois de ter passado por Beckett”, escreveu Fernando Gil na abertura de um estudo sobre a pintura de Eduardo Luíz<sup>2</sup>. De uma certa forma, poder-se-ia igualmente dizer que, para Fernando Gil, do ponto de vista que nos interessa agora, o problema consiste em saber como pensar com Leibniz – e, já agora, Aristóteles - depois de ter passado por Kant. E a sua filosofia é, em grande parte, um ensaio para mostrar como assim, no meio de aporias várias, pode ser. Fichte ocupa, desse ponto de vista, um lugar importante. No sentido em que, partindo do próprio transcendental, enceta um movimento que lhe permite uma recuperação coerente de certos modos de pensar, por assim dizer, “pré-transcendentais”. O gesto da recusa da coisa-em-si (mantida às vezes, é verdade, para depois ser negada) é fundamental para essa possibilidade.

Tratarei, por esta ordem – e muito telegraficamente, como é fácil supor -, as questões da afinidade; da inteligibilidade; da aplicabilidade das matemáticas ao sensível; do recobrimento das categorias kantianas e das categorias gramaticais; da prova e da controvérsia; dos conceitos epistémicos de opinião, crença e saber; do exemplo e da pedra-de-toque; da evidência; da moralidade; e, finalmente, da acção. Para pôr as cartas na mesa, direi já que a minha tese é que a evolução do pensamento de Fernando Gil vai no sentido de uma afirmação cada vez mais insistente do carácter activo/formador da mente, e que, da afinidade à acção, há menos mutação de temática do que acentuação de um núcleo de pensamento original.

### **Afinidade e imaginação**

Procuremos dar alguns exemplos, começando por *Mimésis e negação*. Entre as muitas referências a Kant em *Mimésis e Negação*, uma é, de facto, fundamental, tanto no que respeita à sua importância para as ideias centrais defendidas no livro quanto no que concerne à sua colocação estratégica no final de *Mimésis*. Trata-se de um estudo aprofundado da ideia de afinidade em Kant e da sua articulação com o conceito de imaginação produtora, sobretudo a partir do Apêndice à Dialéctica Transcendental e da primeira edição da Dedução Transcendental da *KrV*.

---

<sup>2</sup> Gil, 1998: 519.

A afinidade – termo mais forte do que “semelhança”, que conota o associacionismo empirista<sup>3</sup>, e que acentua poderosamente a principal doutrina de *Mimésis* - é dupla: ela refere-se à relação dos fenómenos entre si – melhor dizendo: às “leis internas de organização” dos fenómenos<sup>4</sup>, a uma “unidade sistemática (...) inerente aos próprios *objectos*”, nas palavras de Kant, que Fernando Gil cita<sup>5</sup> -, mas também à relação entre estes e o sujeito cognoscente: “a *solicitação recíproca e simultânea* do sujeito e do mundo”<sup>6</sup>. A afinidade é uma “força” que se encontra tanto nos fenómenos como na alma humana<sup>7</sup>. Dadas as condições próprias ao kantismo, o princípio da afinidade apresentar-se-á como principalmente regulador<sup>8</sup>, mas, ao mesmo tempo, “objectivo”, se bem que de um modo “indeterminado”<sup>9</sup>. Ela é tanto subjectiva como objectiva<sup>10</sup>, “*intrínseca ao dado*”<sup>11</sup>: “Cada coisa é uma concentração expressiva de afinidades com outras coisas”<sup>12</sup>. Como nota Fernando Gil, “em toda a doutrina da afinidade, a letra do criticismo acha-se infectada por uma «harmonia», inscrita na «própria natureza das coisas» (A 652 / B 680), cujo espírito é leibniziano”<sup>13</sup>. Fernando Gil retomará esta ambiguidade (entre o regulador e o constitutivo, o subjectivo e o objectivo) numa análise das duas introduções à *KU*, a propósito da distinção entre uma inteligibilidade expressiva e uma inteligibilidade finalista. Falarei deste problema mais tarde.

A afinidade é revelada pela imaginação produtora, que, como se sabe, participa em Kant simultaneamente da sensibilidade e do entendimento, sendo imanente tanto a uma como ao outro<sup>14</sup>. A imaginação produtora, descobrindo a afinidade entre os fenómenos<sup>15</sup>, é “a função intelectual que primacialmente (...) diz respeito” a esta<sup>16</sup>. Trata-se de “um *acto*”<sup>17</sup>, um acto mais do que uma faculdade<sup>18</sup> – voltarei ao “acto” quando falar de Fichte, porque a insistência na acção é emblemática da “evolução” de que, no início, falei. E um acto que, de acordo com Fernando Gil, é “o primeiro nome da actividade cognitiva”<sup>19</sup>, “*um outro*

<sup>3</sup> Gil, 1984: 496. Cf. tb. Gil, 1984: 499, sobre a crítica de Kant a Hume no que diz respeito à redução da associação a ligações contingentes e não objectivas. Para uma análise geral de *Mimésis e Negação*, cf. P. Tunhas, “Verdade e imaginação em *Mimésis e Negação*”, in AAVV, *A razão apaixonada. Homenagem a Fernando Gil*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2008, pp. 43-74. (Agora em P. Tunhas, *O pensamento e os seus objectos. Maneiras de pensar e sistemas filosóficos*, MLAG Discussion Papers, Instituto de Filosofia, Edições da Universidade do Porto, Porto, 2012, Cap. 14.)

<sup>4</sup> Gil, 1984: 496.

<sup>5</sup> Gil, 1984: 497.

<sup>6</sup> Gil, 1984: 496.

<sup>7</sup> Gil, 1984: 496-497.

<sup>8</sup> Gil, 1984: 497.

<sup>9</sup> Gil, 1984: 498.

<sup>10</sup> Gil, 1984: 500.

<sup>11</sup> Gil, 1984: 500.

<sup>12</sup> Gil, 1984: 502.

<sup>13</sup> Gil, 1984: 498.

<sup>14</sup> Gil, 1984: 502.

<sup>15</sup> Gil, 1984: 501.

<sup>16</sup> Gil, 1984: 500.

<sup>17</sup> Gil, 1984: 501.

<sup>18</sup> Gil, 1984: 502.

<sup>19</sup> Gil, 1984: 503.

nome da actividade cognitiva, inventiva por essência” (sem que isso implique arbitrariedade) e que fornece um fundamento à objectividade (tal como a afinidade “é o solo natal da objectividade a que é lícito esperar”<sup>20</sup>)<sup>21</sup>. A imaginação – apesar de ser “por essência plural”, isto é, conjectural<sup>22</sup> - “não é uma liberdade sem peias, alimenta-se da textura das coisas, desvelando as afinidades que são a própria condição de possibilidade do seu exercício”<sup>23</sup>. O sujeito “mima”, por meio da imaginação, a afinidade que se encontra nas coisas<sup>24</sup>.

Estabelecido isto, Fernando Gil pode passar às questões da adequação e do valor adaptativo do conhecimento, temas nucleares de *Mimésis e Negação*. Sendo o conhecimento “produto de uma imaginação com raízes materiais” (isto é, fundada na afinidade natural dos fenómenos), ele é - independentemente da existência de uma “margem irreductível de desajustamento” (que exprime a negação que traça o limite da *mimésis*) – “intrinsecamente adequado”, e a imaginação revela-se “o principal dispositivo adaptativo do homem: tão forte que se desprende do acaso, inventa e antecipa”<sup>25</sup>. No que diz respeito à “adequação entre representação e representado”, a imaginação aparece como o elemento principal de uma possível solução das suas aporias, já que “espelha e prolonga um sensível esposando o mundo e inteiramente informado por ele”, revelando a “articulação originária do pensamento com a verdade”, à maneira de Peirce<sup>26</sup>. É o jogo entre a imaginação e a afinidade – a possibilitação da primeira pela segunda, e a revelação concomitante desta última pela primeira – que, como se disse já, instaura a “objectividade da experiência”, fundada na “coadaptação do sujeito e do mundo”<sup>27</sup>, na “cumplicidade da cognição com o mundo”<sup>28</sup>.

## Inteligibilidade

Não é difícil passar daqui para a questão da inteligibilidade, onde a interpretação de Kant guiou também muitos dos passos de Fernando Gil. Em primeiro lugar, Fernando Gil reconhece que Kant, na *KrV*, “quis lançar os alicerces de um conhecimento científico não apenas eficaz mas plenamente inteligível na medida em que é restituído ao sujeito, graças (entre outras coisas) à definição do espaço e do tempo como formas da sensibilidade e à posição central da apercepção transcendental na aplicação das categorias e dos princípios ao mundo fenomenal”<sup>29</sup>. Permito-me sublinhar que a associação do projecto crítico à

<sup>20</sup> Gil, 1984: 504.

<sup>21</sup> Gil, 1984: 501. Sobre a relação entre imaginação e objectividade, cf. igualmente, Gil, 2001: 24-25.

<sup>22</sup> Gil, 1984: 506.

<sup>23</sup> Gil, 1984: 501.

<sup>24</sup> Gil, 1984: 502.

<sup>25</sup> Gil, 1984: 503.

<sup>26</sup> Gil, 1984: 504.

<sup>27</sup> Gil, 1984: 504.

<sup>28</sup> Gil, 1984: 505.

<sup>29</sup> Gil, 1998: 181.

problemática da inteligibilidade e do sujeito não é trivial. Perfeitamente legítima, mas em nada trivial.

Há, no entanto, problemas. O modelo de inteligibilidade kantiano é, na terminologia de Gilles-Gaston Granger que Fernando Gil adopta (e adapta), um modelo de inteligibilidade objectal (quer dizer: que privilegia a determinação de objectos) – por oposição a uma inteligibilidade operatória (quer dizer: que acentua o papel dos princípios que nos guiam na busca do conhecimento), que seria a leibniziana. (Note-se que o par operatório/objectal ecoará no par fundação/fundamento de *A Convicção*.) Apesar da “dialéctica cerrada entre operações e objectos” que a *KrV* exhibe, “a operação acaba por se rebater sempre sobre o objecto”: “o modelo da operação permanece sempre a constatação, a sondagem que descobre uma objectividade”<sup>30</sup>. Fernando Gil nota que o lugar onde o operatório melhor se manifesta na *KrV* é na discussão da acção da imaginação transcendental - mas a fundação da síntese da imaginação cabe à apercepção, à representação «Eu penso» (momento do objectal)<sup>31</sup>. Em idêntico sentido, a desproporção entre a Teoria dos Elementos (objectal) e Teoria do Método (operatório) é significativa. (Fernando Gil sublinha ainda que, no interior da Teoria Transcendental do Método, apenas a secção sobre a Hipótese respeita verdadeiramente ao operatório)<sup>32</sup>. É evidente que toda a simpatia de Fernando Gil vai para o modelo da inteligibilidade operatória que detecta em Leibniz. Um Leibniz, é verdade, pensado depois de se pensar Kant.

Claro que o modelo kantiano de inteligibilidade não se reduz ao aspecto sobretudo objectal que se encontra na *KrV* (com a excepção muito notória da imaginação transcendental que acima já sublinhei). Os desenvolvimentos da *KU* são, obviamente fundamentais. Fernando Gil referiu-se a eles várias vezes. Mas também aqui há objecções à doutrina kantiana. A crítica incide sobre o modo como Kant, na sua análise da organização natural, passa de uma inteligibilidade estrutural (“em termos de partes e de todos”) a uma inteligibilidade teleológica (concebida à maneira de uma relação meios/fins), com a concomitante adjunção de uma finalidade supra-sensível à finalidade interna<sup>33</sup>. (Encontra-se uma antecipação deste conceito de inteligibilidade na análise crucial do “paradigma uno-estrutura” em *Mimésis e negação*. Creio que Fernando Gil nunca abandonou esse enfoque, que encapsula muitas das suas posições filosóficas.<sup>34</sup>) A crítica é retomada e desenvolvida num texto a que já aludi, “Inteligibilidade finalista, Inteligibilidade expressiva”<sup>35</sup>: “Há finalidade a mais na *CFJ*”<sup>36</sup>. A tese de Fernando Gil é que o recurso a uma inteligibilidade estrutural que se desdobrasse numa inteligibilidade expressiva dispensaria o recurso

<sup>30</sup> Gil, 1998: 109.

<sup>31</sup> Gil, 1998: 109.

<sup>32</sup> Gil, 1998: 109.

<sup>33</sup> Gil, 2001: 319.

<sup>34</sup> Gil, 1984: 214 sgts.

<sup>35</sup> Gil, 2005 a: 157-164 (a partir daqui, as citações são feitas a partir do texto mais completo, que aparece como separata do livro, sob a designação Gil, 2005 b).

<sup>36</sup> Gil, 2005 b: 3.

abundante à finalidade, “sempre que o «mecânico» se revela insatisfatório”<sup>37</sup>. Ao excesso de finalidade na *KU*, Fernando Gil opõe um programa de recorte mais leibniziano, que é consonante com a interpretação já avançada do papel da afinidade no Apêndice à Dialéctica Transcendental: “A minha hipótese é que a *via afinitária* inspirada em Leibniz – ou simplesmente *afim* de Leibniz – difere da *via apriorística*”<sup>38</sup>. A “via afinitária” – que é a da inteligibilidade estrutural e expressiva, e que evitaria os escolhos do finalismo e do imenso “como se” kantiano – seria a do programa morfológico: “uma inteligibilidade em que a finalidade é preterida em benefício da estrutura, ou seja, da «causa formal» a que Kant é insensível”<sup>39</sup>.

### A aplicabilidade

Passemos agora a um aspecto da filosofia kantiana que ocupou longamente Fernando Gil, e que se articula em profundidade com a temática da inteligibilidade. Refiro-me à questão da aplicabilidade da matemática ao sensível. É uma questão que entronca na problemática da descontextualização do saber “pós-galileiano”, que é o objecto central do Capítulo IV de *Mimésis e negação*<sup>40</sup>. Qual a natureza da relação entre os “modelos matemáticos” e a “realidade fenomenal”? Como são os primeiros aplicáveis à segunda? Ou, na terminologia de Fernando Gil, como dar conta da “inerência (...) da matemática ao sensível”?<sup>41</sup> A solução kantiana ortodoxa consiste na tese, exposta na conhecida nota ao # 26 da *KrV* “que assinala uma antecipação do entendimento na estética transcendental, sob o modo da conversão das formas da intuição em «intuições formais»”<sup>42</sup>. Não creio incorrer em erro ao dizer que a solução kantiana – desenvolvida, entre outros, por Jean Petitot – apareceu sempre cada vez mais a Fernando Gil como problemática, na exacta medida em que a homogeneização pretendida entre o dado e o abstracto não se encontrava aí estabelecida de direito, mas antes dogmaticamente postulada. Dito por outras palavras, a “cisão pós-galileiana”<sup>43</sup> permanece aberta. A célebre “desrazoável eficácia” da matemática permanece surpreendente. Verificamos uma cisão entre a verdade e o sentido – o que Fernando Gil sublinhou várias vezes<sup>44</sup> -, e essa cisão exprime um défice de inteligibilidade.

### O pensamento da língua

Não quer isto dizer que o pensamento categorial kantiano não ofereça múltiplos contributos para uma teoria da inteligibilidade. Apenas um exemplo, que Fernando Gil trabalhou em algum detalhe: a relação entre categorias da gramática e categorias kantianas.

<sup>37</sup> Gil, 2005 b: 3.

<sup>38</sup> Gil, 2005 b: 8.

<sup>39</sup> Gil, 2005 b: 12.

<sup>40</sup> Cf. Gil, 1984: 345 sgts.

<sup>41</sup> Gil, 2001: 340.

<sup>42</sup> Gil, 2001: 340.

<sup>43</sup> Cf. tb. Gil, 1986 b: 40 ss.

<sup>44</sup> Gil, 2001: 287 ss.

Aquilo que o linguista diz do espaço e do tempo corrobora os propósitos kantianos sobre esses dois princípios da sensibilidade *a priori*, espaço e tempo “constituem um *a priori* cognitivo da língua”<sup>45</sup>. O mesmo vale para a noção de “identidade”<sup>46</sup>. Ou para as categorias da “Analítica dos conceitos” e para a “Analítica dos princípios”<sup>47</sup>. Como escreve Fernando Gil, depois de uma análise aturada: “É notável que a tipologia linguística e a Estética e a Analítica transcendentais se recubram *exacta e exhaustivamente*”<sup>48</sup>.

### Prova e controvérsia

Da inteligibilidade à prova. Qual a posição de Fernando Gil face à teoria kantiana da prova? Ela deve ser lida tendo em conta o valor da ostensão, figura central do *Tratado da evidência*. Como nota Kant, a prova apagógica é “sempre mais fraca do que a ostensiva”<sup>49</sup>. “Só a prova ostensiva ou directa alia «conjuntamente a convicção da verdade e a inteligência das fontes (*Quellen*) dessa verdade»; a prova apagógica «pode de certo produzir a certeza mas não a compreensão da verdade considerada do ponto de vista do encadeamento que a liga aos fundamentos da sua possibilidade» (A 789 / B 817). É este o sentido kantiano de «ostensão»: uma indubitabilidade incontestável, proveniente do recobrimento perfeito do subjectivo (a certeza, a convicção) pelo objectivo (a inteligibilidade plena da situação)”<sup>50</sup>.

Fernando Gil resume do seguinte modo os resultados da “Disciplina da razão pura” da *KrV* em matéria de prova. Primeiro: “É necessário remontar aos princípios que fundamentam as demonstrações. Eles têm a sua sede ou no entendimento ou na razão. Todavia, se pertencem ao entendimento, não se poderão aplicar à razão, e se pertencem à razão, não serão «objectivos», mas dialécticos e, portanto, exclusivamente reguladores. Noutros termos, a argumentação metafísica terá inevitavelmente falta de um fundamento da prova”<sup>51</sup>. Segundo: “Diferentemente do que se passa nas ciências, «para cada proposição transcendental pode encontrar-se apenas uma prova», «o argumento só pode então ser único» (A 787 / B 815)”<sup>52</sup>. Terceiro: “Os argumentos transcendentais estabelecem-se segundo o modelo da prova ostensiva ou directa. Só ela «alia simultaneamente a convicção da verdade e a compreensão das fontes dessa verdade»; a prova apagógica «pode muito bem produzir a certeza, mas não a compreensão da verdade considerada do ponto de vista do encadeamento que a liga aos fundamentos da sua possibilidade» (A 789 / B 817)”<sup>53</sup>. Resumindo: “a prova não deixará nenhum resíduo: a ostensão representa o recobrimento perfeito do subjectivo (a convicção) pelo objectivo (a compreensão perfeita da razão

<sup>45</sup> Gil, 1998: 185. Cf., em geral, Gil, 1998: 185-188.

<sup>46</sup> Gil, 1998: 189.

<sup>47</sup> Gil, 1998: 190-193.

<sup>48</sup> Gil, 1998: 190-191.

<sup>49</sup> Gil, 1986 a: 182.

<sup>50</sup> Gil, 1986 a: 27.

<sup>51</sup> Gil, 2001: 304.

<sup>52</sup> Gil, 2001: 304.

<sup>53</sup> Gil, 2001: 304-305.

suficiente, dos «fundamentos da possibilidade» de um estado de coisas)”<sup>54</sup>. (Voltarei já ao que Fernando Gil diz sobre os problemas que a exigência da prova ostensiva coloca ao criticismo.)

A teoria kantiana da controvérsia é consonante com a teoria da prova<sup>55</sup>. “Existe um «interesse» no «conflito» da razão consigo mesma, pois este conflito revela os limites internos do pensamento, que é por essência aporético<sup>56</sup>”. E, para Kant, “as controvérsias significativas referem-se a uma aporia que deve ser crucial”<sup>57</sup>. Igualmente para Kant, deve-se poder determinar as causas das aporias (no caso de Kant, das antinomias), para que uma saída, uma via, um caminho, uma *euporia*, se tornem possíveis e nos conduzam eventualmente à certeza<sup>58</sup>. A busca de uma solução para as aporias passa por uma reconstrução – a “operação crítica”, que conduz ao desvelamento do “equivoco dogmático”<sup>59</sup>, é essa reconstrução - dos seus objectos e da argumentação da controvérsia<sup>60</sup>. Por exemplo, a reconstrução do debate sobre a composição do contínuo<sup>61</sup>. Essa reconstrução funciona como uma redução: “Kant começa por reduzir implicitamente a multiplicidade das controvérsias metafísicas (e também físicas) a uma *tipologia finita* – para depois apurar, para aquém das diferenças de superfície, o seu comum equivoco. É sobre esta base, e só sobre ela, que se poderá estabelecer um diagnóstico do discurso filosófico”<sup>62</sup>. Assim se desvanecerá o motivo da controvérsia – mas, como nota Fernando Gil, “no termo da controvérsia”, como resultado dela<sup>63</sup>. “Nestes termos, a controvérsia «crítica» revela-se um verdadeiro *método*, que Kant chama *céptico*, mas cujo único contexto apropriado é o criticismo”<sup>64</sup>. A “originalidade” do projecto kantiano “consiste em utilizar a controvérsia enquanto *método* para eliminar a controvérsia enquanto *errância* metafísica. Como as proposições do *Tractatus* de Wittgenstein, as controvérsias serão como andaimes que se deitam fora depois de terem servido para construir o edifício”<sup>65</sup>. A necessidade de uma passagem pela controvérsia foi sublinhada em várias filosofias. Aristóteles, no *De Caelo*, via-a “quase como um tributo obrigatório para se atingir a verdade”<sup>66</sup>. Aquele que busca a verdade deve procurar ser um árbitro das posições em conflito, se bem que de uma forma diferente da kantiana: “O árbitro de Aristóteles (ou de Leibniz ou de Hegel) não instrui o processo dos excessos da razão relativamente aos

<sup>54</sup> Gil, 2001: 305.

<sup>55</sup> Sobre a teoria da controvérsia de Fernando Gil, cf. P. Tunhas, “Fernando Gil e a Controvérsia”, *Revista Portuguesa da História do Livro*, 19, 2007, 285-310.

<sup>56</sup> Gil, 2001: 58.

<sup>57</sup> Gil, 1986 a: 161.

<sup>58</sup> Gil, 1986 a: 162.

<sup>59</sup> Gil, 1986 a: 168.

<sup>60</sup> Gil, 1986 a: 164-165.

<sup>61</sup> Gil, 1986 a: 168.

<sup>62</sup> Gil, 1986 a: 165.

<sup>63</sup> Gil, 1986 a: 166.

<sup>64</sup> Gil, 1986 a: 166.

<sup>65</sup> Gil, 1986 a: 161.

<sup>66</sup> Gil, 1986 a: 167

limites da experiência, mas procura uma integração de verdades unilaterais ou, melhor dito, de resultados parciais. Em vez de declarar a nulidade de descaminhos simétricos, regista o desdobramento de uma estrutura complexa”<sup>67</sup>. Mas, no fundo, a posição kantiana reencontra, à sua maneira, as atrás citadas: “Embora não à maneira de Leibniz (ou de Aristóteles ou Hegel), Kant «integra» também os interesses parciais, ao mostrar que, em última análise, cada doutrina tende a acertar naquilo que diz a partir do *vantage point* que é propriamente seu, e a errar naquilo que diz para além dele (o «epicurismo» e o «platonismo» enganam-se só porque «dizem mais do que sabem» (A 471-72 / B 499-500))”<sup>68</sup>.

### Opinião, crença e saber

Relacionadas com as questões da prova e da controvérsia – e também, é claro, com as investigações de Fernando Gil sobre a inteligibilidade, a evidência e a convicção – encontram-se “as três noções epistémicas” de Kant: opinião, crença (ou fé) e saber, reunidas sob a designação comum de “ter-por-verdadeiro” <*das Fürwahrhalten*>”, estudadas na Nota II de *Provas*<sup>69</sup>. Opinião, crença (ou fé) e saber são três etapas da convicção (algo que apresenta um valor tanto subjectivo como objectivo, por distinção com a persuasão, enganadora porque meramente subjectiva). Elas variam em suficiência, e, como nota Fernando Gil, apenas o saber apresenta simultaneamente uma suficiência subjectiva e uma suficiência objectiva, sem que isso signifique que opinião e crença sejam, como a persuasão, meras aparências). A questão que Fernando Gil coloca é a da possibilidade da distinção perfeita e inequívoca da persuasão e da convicção. Não se encontra em Kant “nenhuma indicação *positiva* do que pode fundar a «convicção», mesmo parcial [isto é, a opinião]”<sup>70</sup>. A objecção consiste no apontar a inexistência em Kant – contrariamente ao que se verifica em Leibniz ou Peirce, por exemplo - não só de uma continuidade entre persuasão e convicção, como também entre opinião, crença (ou fé) e saber<sup>71</sup>. Voltarei a esta questão quando falar de Fichte.

### Exemplo e pedra de toque

Indiscutivelmente, o Kant que mais interessa a Fernando Gil é aquele que escapa às compartimentações mais rígidas do sistema. Tal é patente no magnífico estudo que consagrou às noções de exemplo e de pedra-de-toque<sup>72</sup>. Fernando Gil constata – e retomo aquilo que antes anunciei - que o conceito de prova no criticismo – a prova ostensiva, por

---

<sup>67</sup> Gil, 1986 a: 167.

<sup>68</sup> Gil, 1986 a: 169.

<sup>69</sup> Gil, 1986 a: 108-110. Sobre a crença (ou fé), cf. tb. Gil, 1986 a: 126-127.

<sup>70</sup> Gil, 1986 a: 109.

<sup>71</sup> Gil, 1986 a: 110.

<sup>72</sup> Gil, 1998: 263-302. Cf. tb. Gil, 1996: 237-238, e Gil, 1998: 207-209.

oposição à prova apagógica da matemática<sup>73</sup> – é um modelo demasiado forte, que a filosofia não pode honrar: “A prova transcendental é uma prova forte. Mas revela-se de imediato demasiado forte, pois não é susceptível de satisfazer as suas próprias exigências”<sup>74</sup>. Por isso mesmo ser assim, o estilo das provas kantianas acaba por ser apagógico (“negativo e não directo”, cultivando “um estilo apagógico de demonstração”)<sup>75</sup>. E Fernando Gil procura, em dois conceitos aparentemente marginais da teoria kantiana da prova – os conceitos de exemplo e pedra-de-toque, exactamente – os elementos de uma teoria da prova filosófica que faça justiça à natureza em parte ficcional da filosofia e à apetência desta por experiências imaginárias (cruciais ou não)<sup>76</sup>. Muito rapidamente, o exemplo – Fernando Gil distingue *Beispiel* de *Exempel*, e é o primeiro termo que designa efectivamente o exemplo na sua singularidade máxima, como coisa distinta de uma pura instanciação de uma regra geral<sup>77</sup> – participa da constelação de conceitos parentes da evidência. Encontramos na linguagem do exemplo, a linguagem e os conceitos da evidência – “uma evidência virtualmente *alucinatória*” -, que, entre outras, a tradição retórica desenvolveu: brilho, mostração, ostensão, hipotipose<sup>78</sup>.

O parentesco com a evidência não fica por aqui. A própria temporalidade do exemplo é a temporalidade da evidência: “O exemplo dá-se no modo indicativo, no tempo presente e aspectualmente no imperfectivo progressivo (ou «cursivo»): o exemplo é algo que está a acontecer, a ostensão é a ocorrência de um processo”<sup>79</sup>.

O exemplo deve ser distinguido do esquema, de que é um *analogon*<sup>80</sup>. Contrariamente a este, “é pregnante na própria medida em que se afigura problemático e não-trivial”, “recorre-se ao exemplo em situações de incerteza cognitiva”<sup>81</sup>. Ele resolve o duplo problema da identificação (a relação universal/singular) e da referência (relação inteligível/sensível) de um modo distinto do esquema: “O exemplo realiza uma espécie de sobrecompensação da presença – uma evidência -, capaz de legitimar uma identificação por essência duvidosa”<sup>82</sup>. O exemplo, no sentido forte, o *Beispiel*<sup>83</sup>, não é, repita-se, uma “simples instanciação de uma regra geral”<sup>84</sup>: “Requer-se um *Beispiel* quando há um défice de compreensão, ele não representa a instanciação de uma regra, é antes a invenção de um

<sup>73</sup> Sobre a prova apagógica, indirecta e intuitiva, por contradistinção com a prova transcendental, ostensiva e directa, cf. Gil, 1998: 286-287.

<sup>74</sup> Gil, 1998: 288-289.

<sup>75</sup> Gil, 1998: 289.

<sup>76</sup> Gil, 1998: 268, 301-302.

<sup>77</sup> Gil, 1998: 266. Cf. tb. Gil, 1998: 207-208.

<sup>78</sup> Gil, 1998: 282-283. Cf. tb. Gil, 1996: 238.

<sup>79</sup> Gil, 1998: 283. Cf. tb., sobre os aspectos linguísticos comuns ao exemplo e à evidência, Gil, 1998: 284-285.

<sup>80</sup> Gil, 1998: 285.

<sup>81</sup> Gil, 1998: 266.

<sup>82</sup> Gil, 1998: 266.

<sup>83</sup> Sobre a distinção entre *Exempel* e *Beispiel*, cf. Gil, 1998: 266 ss.

<sup>84</sup> Gil, 1998: 266.

modelo”<sup>85</sup>. E essa invenção pode, naturalmente, ser boa ou má, acertar ou não, ser forte ou fraca. Como se chega a um bom exemplo? Chega-se “comparando soluções, procurando analogias, pela tensão de um entendimento plenamente em acto”<sup>86</sup>. O que nos remete directamente para a doutrina do Apêndice à Dialéctica Transcendental da *KrV* que referi no princípio. O exemplo “é como que o protótipo da actividade construtora do espírito”<sup>87</sup>.

Assim, haverá exemplos da “pura virtude”, tal como o relatado na “Metodologia da razão pura prática” da *KpV* (a criança que, passo a passo, se identifica com o homem probo e descobre que uma acção particular manifesta a pura virtude)<sup>88</sup>. O exemplo funciona, precisamente, porque é subjectivamente apropriável – a criança quer ser ela própria o agente moral -, o sujeito descobre-o como obra sua<sup>89</sup>. O exemplo comunica com a lei moral através da evidência: “A evidência própria ao exemplo enquanto tal enxertar-se-á na evidência originária da lei”<sup>90</sup>. Com efeito, a linguagem que Kant utiliza neste contexto, como nota Fernando Gil, é a já referida linguagem da evidência: força e brilho<sup>91</sup>. E possui uma “eficácia mobilizadora”: “a interiorização do exemplo é motivo de acção”<sup>92</sup>. O exemplo engendra a convicção – o processo de interiorização é um processo de convicção -, e esta conduz à acção: “É porque estou convencido que sou levado a agir”<sup>93</sup>.

Mas o exemplo não é apenas patente no domínio da educação moral. Há igualmente uma exemplaridade do gosto e do génio, quer dizer, no domínio estético<sup>94</sup>. O génio, como se sabe, é exemplar, mas não é susceptível de imitação. O gosto necessita de exemplos<sup>95</sup>, e “é a *originalidade* dos sucessores que o exemplo do génio solicita, ou seja, a sua capacidade produtora”<sup>96</sup>. Tal como no caso do exemplo moral, brilho e força convivem no exemplo estético<sup>97</sup>.

A história é um outro lugar da acção do exemplo. Fernando Gil cita as referências kantianas ao “exemplo brilhante”, o “exemplo que reluz” de Frederico<sup>98</sup>, ou aos “ensinamentos e actos” de Cristo “que serão tornados «visíveis» (*sichtbar*), «como exemplo (*Beispiel*) para os outros”<sup>99</sup>.

<sup>85</sup> Gil, 1998: 267.

<sup>86</sup> Gil, 1998: 268. Cf. tb. Gil, 1988: 281, que refere explicitamente as « forças fundamentais comparativas » do Apêndice à Dialéctica Transcendental.

<sup>87</sup> Gil, 1998: 268.

<sup>88</sup> Gil, 1998: 268 sgts.

<sup>89</sup> Gil, 1998: 271.

<sup>90</sup> Gil, 1998: 271.

<sup>91</sup> Gil, 1998: 272.

<sup>92</sup> Gil, 1998: 272.

<sup>93</sup> Gil, 1998: 285.

<sup>94</sup> Gil, 1998: 272-277.

<sup>95</sup> Gil, 1998: 274-275.

<sup>96</sup> Gil, 1998: 275.

<sup>97</sup> Gil, 1998: 276-277.

<sup>98</sup> Gil, 1998: 278.

<sup>99</sup> Gil, 1998: 280.

O núcleo da interpretação de Fernando Gil consiste – já o disse há pouco - na tese segundo a qual “o esquema não pode ser um exemplo”, por este último não exprimir uma “regra de construção”; no caso do exemplo, trata-se antes de uma intuição, “mas uma intuição *sui generis* porquanto é sua função identificar princípios e universais”<sup>100</sup>. Mas, não sendo um esquema, o exemplo “pertence de pleno direito ao esquematismo”: ele “manifesta um suplemento de realidade relativamente ao esquema em sentido estrito (um molde de imagens)”<sup>101</sup>. “É no brilho que reside o suplemento de realidade do exemplo relativamente ao esquema; a sobrecarga alucinatória [estamos em plena linguagem do *Tratado da evidência*] compensa a impossibilidade de esquematizar”<sup>102</sup>. Tal suplemento advém-lhe de a imaginação não possuir no exemplo uma função homogeneizadora (entre o inteligível e o sensível), mas antes o de ter por objectivo a encarnação do primeiro no segundo: “O exemplo não homogeneíza, encarna”<sup>103</sup>.

E encarna de forma singular, como uma experiência imaginária – “imaginação tornada experiência”<sup>104</sup> - “que se apresenta como uma realidade”<sup>105</sup>, uma “presentificação” que “induz uma convicção”<sup>106</sup>. E que “diz o sentido melhor que todo e qualquer conceito”<sup>107</sup>.

O exemplo não é uma prova (as provas dirigem-se às proposições)<sup>108</sup>, mas prolonga-se na prova<sup>109</sup>. E o trânsito do exemplo à prova faz-se através da evidência: “O exemplo funciona como meio de prova graças à ostensão alucinatória – uma sobrecompensação de presença relativamente ao esquema (regra, imagem abstracta) – que o acompanha. Nisso reside a sua evidência, que tem em si a sua comprovação”<sup>110</sup>. O exemplo “é como que um *esquema evidente*”<sup>111</sup>.

Dadas as aporias relevadas por Fernando Gil e acima apontadas na teoria kantiana da prova, não é de estranhar que Kant acabe por “recorrer a meios de justificação mais modestos”<sup>112</sup> que a prova transcendental ostensiva e directa. A pedra-de-toque é exactamente um desses meios. Fernando Gil nota: “Como o exemplo, é em situações de insuficiência que a pedra-de-toque intervém e, como aquele, constitui em geral uma experiência imaginária”<sup>113</sup>. Trata-se de uma “prova fraca: o seu fundamento é por via de

<sup>100</sup> Gil, 1998: 280.

<sup>101</sup> Gil, 1998: 280.

<sup>102</sup> Gil, 1998: 283.

<sup>103</sup> Gil, 1998: 281.

<sup>104</sup> Gil, 1998: 283.

<sup>105</sup> Gil, 1998: 281.

<sup>106</sup> Gil, 1998: 282.

<sup>107</sup> Gil, 1998: 285.

<sup>108</sup> Gil, 1998: 285.

<sup>109</sup> Gil, 1998: 285.

<sup>110</sup> Gil, 1998: 286.

<sup>111</sup> Gil, 1998: 286.

<sup>112</sup> Gil, 1998: 290.

<sup>113</sup> Gil, 1998: 290. Sobre as situações de insuficiência cognitiva, cf. tb. Gil, 1998: 293.

regra insuficiente ou desconhecido e os seus domínios de aplicação são precisamente aqueles em que a prova, racional ou experimental, se afigura árdua ou inviável”<sup>114</sup>. Tal como o exemplo, a pedra-de-toque articula-se com a experiência crucial: “A experimentação é o modelo de toda a pedra-de-toque”<sup>115</sup>, e o “ideal da pedra-de-toque é a experiência crucial”<sup>116</sup>.

Não se trata aqui de uma “convicção em sentido próprio”, de algo que “proporcione a inteligência das fontes de uma verdade”<sup>117</sup> (cf. o que antes foi dito a propósito da distinção persuasão/convicção). A “pedra-de-toque” não desfruta de uma inteligibilidade própria imediata”<sup>118</sup>. Como aponta Fernando Gil: “Dentro da classificação de «Opinar, saber e crer» a pedra de toque configuraria uma quarta posição, assaz paradoxal: uma suficiência objectiva, limitada mas com consequências poderosas, que no entanto se acompanha por uma insuficiência subjectiva”<sup>119</sup>.

Tal como o exemplo, a pedra-de-toque é operativa na moralidade<sup>120</sup>. Por exemplo: “Um sentimento que se alimenta da lei será (...) a pedra-de-toque do princípio de aperfeiçoamento moral do homem”; e “o exemplo da Metodologia [referido atrás] é apresentado como construindo ele próprio a aplicação de uma pedra-de-toque”<sup>121</sup>. No plano da razão teórica<sup>122</sup>, pensar por si próprio – uma das máximas do *sensus communis* – não significa senão procurar em si mesmo a pedra-de-toque da verdade<sup>123</sup>. Num outro plano, a “Analítica” da *KrV* é uma “pedra-de-toque negativa da verdade”<sup>124</sup>, e a *KrV* apresenta-se como “a pedra-de-toque de toda a filosofia”<sup>125</sup>. E por aí adiante.

Como conclui Fernando Gil nas últimas palavras deste escrito: “A pedra-de-toque e o exemplo kantianos conformam-se com os requisitos das experiências imaginárias. No quadro da estranha ficção que é a filosofia, geram por isso verdade, inclusive para além da antecipação e da expectativa”<sup>126</sup>.

## Kant e a evidência

---

<sup>114</sup> Gil, 1998: 300.

<sup>115</sup> Gil, 1998: 292.

<sup>116</sup> Gil, 1998: 293.

<sup>117</sup> Gil, 1998: 290. Cf. tb. Gil, 1998: 292.

<sup>118</sup> Gil, 1998: 292.

<sup>119</sup> Gil, 1998: 290.

<sup>120</sup> Gil, 1998: 294-298.

<sup>121</sup> Gil, 1998: 295.

<sup>122</sup> Gil, 1998: 298-300.

<sup>123</sup> Gil, 1998: 298, 300.

<sup>124</sup> Gil, 1998: 298.

<sup>125</sup> Gil, 1998: 299.

<sup>126</sup> Gil, 1998: 302.

Chegamos à evidência, em torno da qual até aqui andamos. No *Tratado da evidência*, o recurso a Kant é fundamental. Apenas alguns exemplos do modo como a filosofia kantiana inspirou alguns desenvolvimentos do *Tratado*<sup>127</sup>.

Primeiro exemplo. Na preparação da introdução de um dos quatro conceitos da evidência, a atenção, Fernando Gil dedica várias páginas ao conceito de orientação, e, isso, em grande medida, a partir de Kant (bem como da crítica deste por Heidegger)<sup>128</sup>. Do mesmo modo, ao lidar com outro conceito fundamental – talvez o mais fundamental – da evidência, a intuição, Fernando Gil retoma a tematização kantiana do «Eu penso» concebido como ponto de vista<sup>129</sup>. Terceiro exemplo. Os “Paralogismos” da *KrV* são instrumentais na tematização da “posição de si como *res*”, que “constitui como que uma alucinação do «eu penso» e do ponto de vista”<sup>130</sup>; tal alucinação constitui uma hipótese que se associa a uma “*felicidade imaginária*”<sup>131</sup>. Quarto exemplo. Procurando determinar a solidariedade do pensar e do sentir na satisfação do espírito própria à evidência, são convocados os pares conceptuais da Anfibologia da Reflexão da *KrV*<sup>132</sup>. Por último, nesta listagem rapsódica e sem dúvida muito incompleta, a ideia de uma existência pré-categorial – discutida através de uma passagem dos “Paralogismos” da *KrV* (B 422) - é fundamental para se perceber como é impossível não acreditarmos na nossa própria existência, apesar da concepção do «Eu penso» como ponto de vista des-substancializado<sup>133</sup>.

## A moralidade

Tal como referi apenas a estética muito de passagem, a propósito do exemplo – e haveria muitíssimo a dizer -, não falei – ou quase não falei – da interpretação que Fernando Gil fez da ética kantiana – mormente em “Operadores de comunidade”<sup>134</sup> e no último texto publicado em vida, “O hospital e a lei moral”. O primeiro consiste numa reflexão, a partir do par operações/objectos, em que a ética racionalista de Kant é considerada como a boa solução face às posições alternativas daquilo que Kant chama “misticismo” – e que Fernando Gil identifica certeira com o intuicionismo – e “empirismo” – e que Fernando Gil refere como o domínio das várias éticas consequencialistas, tal como o utilitarismo. O intuicionismo privilegiaria o objectal, o utilitarismo o operatório. Acontece que, nesses dois tipos de éticas, objectal e operatório se encontrariam divorciados: “O misticismo está para além das operações – o empirismo, para aquém dos objectos da

<sup>127</sup> Sobre o *Tratado da evidência*, cf. P. Tunhas, “Prendre l’évidence au sérieux”, in *Critique*, n° 559, Paris, 1993, 847-859 (trad. portuguesa, “Tomar a evidência a sério”, em Gil, 1998: 341-354).

<sup>128</sup> Gil, 1996: 87-93.

<sup>129</sup> Gil, 1996: 165-168.

<sup>130</sup> Gil, 1996: 254.

<sup>131</sup> Gil, 1996: 256.

<sup>132</sup> Gil, 1996: 165-168.

<sup>133</sup> Gil, 1996: 257-258. Cf. tb. Gil, 1998: 5.

<sup>134</sup> Gil, 1998: 323-337.

moralidade”<sup>135</sup>. Mas a solução kantiana, que, em princípio, lhe aparece como boa, sofre de uma deficiência: apesar da terceira fórmula do imperativo categórico – aquela que se refere à necessidade de, através das nossas máximas, concorrermos para um “reino possível dos fins como para um reino da natureza” -, a solução que Kant oferece ao problema da acção permanece “exclusivamente privada”<sup>136</sup>. Dito de outra maneira, falta à ética kantiana o bom “operador de comunidade”. Fernando Gil sugere que o busquemos na posição original e no véu da ignorância rawlsianos e na concomitante transformação do Razoável em Racional: “Tal posição do problema remediará, parece, às aporias kantianas – e se infringe os pressupostos da moral kantiana, conserva no entanto os seus conteúdos”<sup>137</sup>.

Fernando Gil voltará à ética kantiana no último texto publicado em vida, “O hospital e a lei moral”. Trata-se aí de sugerir que o hospital público realiza – no sentido de encarnar, dar corpo: é, de facto, como que um exemplo - o imperativo kantiano de considerar cada pessoa como um fim em si mesmo. E também aqui Rawls é convocado, já que o anonimato do indivíduo que entra no hospital público aparece como uma actualização do “véu da ignorância”<sup>138</sup>.

Fui muito curto na referência a estes dois textos – o segundo, em particular, mereceria desenvolvimentos muito mais longos -, mas o seu pleno tratamento exigiria que se convocassem outros textos de Fernando Gil relativos à ética, que, por serem razoavelmente independentes das teses kantianas escapam ao objecto de que me propus falar.

### Passagem para Fichte

Passemos agora a Fichte.

É no contexto da sua investigação sobre a crença e a convicção em *A convicção* que a presença de Fichte é decisiva em Fernando Gil<sup>139</sup>. Fichte importa a Fernando Gil como pensador da acção, da actividade do espírito, que permite, na terminologia do livro, os gestos de fundação, que engendram a convicção, como coisa distinta da crença, que releva do fundamento, onde tal actividade é rasurada. Encontramos aqui um recuo para o mais arcaico, encetado já no *Tratado da evidência*, um percurso que se dirige a montante da evidência perceptiva que em *Mimésis e negação* ainda era talvez dominante: “Fichte não tem que se colocar o problema empirista (com que se defronta também o Husserl da *Krisis*) da construção da objectividade a partir da evidência perceptiva. O pensamento é por natureza objectivante, exercendo-se por ocasião do encontro com um objecto exterior que

---

<sup>135</sup> Gil, 1998: 325.

<sup>136</sup> Gil, 1998: 332.

<sup>137</sup> Gil, 1998: 336. Sobre Rawls, cf. tb. Gil, 1986 b: 63-70.

<sup>138</sup> Gil, 2005 c: 31.

<sup>139</sup> Sobre *A convicção*, cf. P. Tunhas, “O sujeito no conhecimento. Sobre Fernando Gil”, *Phainomenon*, 22/23, 2014, 275-302.

representa abstractamente”<sup>140</sup>. Disse “talvez”, porque, entre outras coisas, as páginas inicialmente citadas sobre a imaginação e a afinidade kantianas apontavam já nesta direcção. Como escreve Fernando Gil: “Sob o nome de afinidade, o Apêndice da Dialéctica Transcendental transpõe para os próprios fenómenos a *lex continuitatis* da imaginação, e a primeira versão da Dedução Transcendental reúne as duas coisas, virtude vinculadora da imaginação e ligação aos fenómenos”<sup>141</sup>.

O espírito possui uma agilidade própria, “a actividade cognitiva no estado puro”<sup>142</sup>, que é sem dúvida afim da imaginação tal como Fichte a pensa: “agente último” da “faculdade de produção”<sup>143</sup>, “poder criador” que “conduz a actividade do sujeito”<sup>144</sup> e que afirma o “objecto exterior”<sup>145</sup>, uma radicalização da imaginação produtora kantiana analisada em *Mimésis e negação*. E é a actividade do espírito – imanente<sup>146</sup>, “um dado primitivo e incompreensível”<sup>147</sup>, cujo conceito é imediato e não pode ser explicado nem deduzido<sup>148</sup> - que produz as objectidades, o Não-Eu, uma determinação da agilidade: “A agilidade intuitiva indeterminada determina-se pela efectuação da acção”<sup>149</sup>. E é essa acção – melhor: o “sistema das acções do espírito humano”<sup>150</sup> – que importa compreender.

Trata-se, efectivamente, na actividade do espírito, de uma criação: a “autoposição do eu e a oposição ao não-eu produzem-se uma pela outra e realizam-se a partir de nada”<sup>151</sup>. Sublinho: *a partir do nada*; daí a criação. Actividade e ser, Não-Eu, opor-se-iam de forma indeclinável se o Não-Eu – que Fernando Gil aproxima do prático-inerte sartreano da *Crítica da razão dialéctica*<sup>152</sup> – não fosse ele mesmo um produto da actividade do Eu, consequência última da auto-posição deste. A “actividade real consiste num movimento de objectivação”<sup>153</sup>.

Essa produção de objectidades – “o movimento de objectivação cristaliza-se em objectidades”<sup>154</sup> - é o processo mesmo da construção da inteligibilidade. Na linguagem anteriormente referida, os objectos são o produto das operações. Com o detalhe de, em Fichte, as operações serem o produto do Eu que, reconhecendo o exterior, o Não-Eu,

<sup>140</sup> Gil, 2003: 221.

<sup>141</sup> Gil, 2003: 40.

<sup>142</sup> Gil, 2003: 223.

<sup>143</sup> Gil, 2003: 222.

<sup>144</sup> Gil, 2003: 45.

<sup>145</sup> Gil, 2003: 46.

<sup>146</sup> Gil, 2003: 223.

<sup>147</sup> Gil, 2003: 215.

<sup>148</sup> Gil, 2003: 224.

<sup>149</sup> Gil, 2003: 224.

<sup>150</sup> Gil, 2003: 213.

<sup>151</sup> Gil, 2003: 216.

<sup>152</sup> Gil, 2003: 223.

<sup>153</sup> Gil, 2003: 220.

<sup>154</sup> Gil, 2003: 220.

através do choque provocado pelo obstáculo<sup>155</sup>, o fixa e determina. A liberdade originária – “Ajo porque decidi agir”<sup>156</sup> –, plenamente desenvolvida, conduz ao domínio sobre a resistência do mundo: “O agir actualiza uma liberdade cuja vocação é estender progressivamente o seu domínio sobre um mundo que lhe resiste”<sup>157</sup>. Ainda: “O eu tende naturalmente a lançar-se para o exterior, para um objecto que faz seu”<sup>158</sup>. (Notar-se-á aqui a proximidade com a teoria da imaginação-afinidade de *Mimésis e negação*; e, sobretudo, a sua radicalização: a imaginação produziria a afinidade; que, em retorno, condicionaria a imaginação.)

E a esse domínio chama-se crença: “a crença não se refere unicamente ao ser do mundo mas também às construções do espírito em geral”<sup>159</sup>. Ela afirma “uma existência real”<sup>160</sup>. O conhecimento teórico assenta na crença<sup>161</sup> – o que, em termos kantianos, significa uma indistinção tendencial entre Analítica e Dialéctica. A questão da relação entre Analítica e Dialéctica havia sido já abordada, de passagem, em *Mimésis e Negação*<sup>162</sup> e, no estudo sobre o exemplo e a pedra-de-toque, através da distinção paralela entre conhecer e pensar<sup>163</sup>. Em *A convicção*, Fernando Gil vai mais longe, e cita aprovadamente Hermann Weyl – alguém de quem se sentia filosoficamente próximo: “Que a crença, *i. e.* a tese transcendental da razão, sem a qual todo o saber é morto e indiferente, não comece unicamente a propósito de «Deus, liberdade, imortalidade», foi uma das primeiras e mais importantes descobertas que Fichte realizou para além de Kant”<sup>164</sup>.

A questão da inteligibilidade – voltamos sempre a ela - é aqui fundamental. Como Fernando Gil sublinha, a ideia mesma de sistema em Fichte encontra-se associada à inteligibilidade. Só podemos compreender aquilo que fazemos – Fichte antecipa Valéry -, e compreender o sistema não é uma pura actividade escolar de memorização: exige uma re-actualização do sistema em nós mesmos, uma reprodução activa – sublinhe-se sempre a actividade - do seu movimento e dos seus conteúdos, de “uma série de evidências que cada um pode gerar em si próprio”<sup>165</sup>. Possuímos a *Doutrina da ciência* “produzindo-a a partir de nós, a compreensão é apenas esta reconstrução pessoal de um conteúdo de conhecimento”<sup>166</sup>.

---

<sup>155</sup> Gil, 2003: 221.

<sup>156</sup> Gil, 2003: 217.

<sup>157</sup> Gil, 2003: 224.

<sup>158</sup> Gil, 2003: 41.

<sup>159</sup> Gil, 2003: 220.

<sup>160</sup> Gil, 2003: 44.

<sup>161</sup> Gil, 2003: 45.

<sup>162</sup> Gil, 1984: 498.

<sup>163</sup> Gil, 1998: 291, 302.

<sup>164</sup> Gil, 2003: 45, nota 17.

<sup>165</sup> Gil, 2003: 220.

<sup>166</sup> Gil, 2003: 214-215.

Mas – e isso é decisivo – as raízes da inteligibilidade começam no pré-intencional<sup>167</sup>. A crença é uma “actividade pré-intencional”<sup>168</sup>. Quer isto dizer que, ao nível mais profundo – e à maneira da “energia livre” freudiana –, ela não se fixa em objectos determinados. É algo de difuso susceptível de tudo abarcar sem nada determinar inteiramente. Tal como, em parte, no verso de Camões que Fernando Gil um dia comentou: *O mundo todo abarco e nada aperto*<sup>169</sup>. A acção não é dirigida a nada em particular: é pura acção, actividade ininterrupta consubstancial ao Eu. A crença exprime-se através do sentimento e da tendência (conceitos fichteanos), que não são intencionais<sup>170</sup>. “No plano fenomenológico, o sentimento exprime a positividade irreductível da sensação ou do sentimento do agir e do querer. Do ponto de vista do objecto, é um índice do Não-Eu.<sup>171</sup>” Em qualquer dos aspectos (fenomenológico e ontológico) o sentimento designa o percurso para um mundo aberto e indeterminado (se bem que determinável), prévio a qualquer actividade dirigida (intencional) de fixação. A tendência, por sua vez, paralelamente ao sentimento, significa o movimento “para fora de si mesmo” do Eu, um movimento que se dirige “para algo de desconhecido”<sup>172</sup>. (Poder-se-iam, neste contexto, visitar algumas páginas de *Aproximação antropológica*, o primeiro livro de Fernando Gil, onde se esboça uma tal temática – mas ainda, é verdade, no interior do contexto fenomenológico de uma “intencionalidade genérica.<sup>173</sup>) “Pré-intencional” quer igualmente dizer: anterior à reflexão<sup>174</sup>. A reflexão supõe que os obstáculos exteriores (o “mundo”) se encontrem já determinados, ou, pelo menos, o exercício avançado da sua determinação. Ora, sentimento e tendência – os principais movimentos pré-intencionais do Eu, representando o estrato mais profundo da crença – são prévios à determinação do Não-Eu (embora sejam operatórios nela). A “pré-intencionalidade” releva de uma “actividade originária e sem objecto do espírito”<sup>175</sup>, uma “energia psíquica”<sup>176</sup>, que é, bem entendido, “inconsciente”<sup>177</sup>. A crença começa com o inconsciente.

Estamos, de facto, no domínio da fundação e não do fundamento: “A autoposição da intuição intelectual é algo bem distinto da alucinação do fundamento”<sup>178</sup>. Não é o conhecimento, fixo e balizado – o puro objectal –, que o sistema fichteano explora, é o próprio acto de conhecer: “A *Doutrina da ciência* pretende compreender o *acto de conhecer* através das implicações da intuição intelectual”<sup>179</sup>. E estamos no domínio da

<sup>167</sup> Sobre a “esfera pré-intencional”, cf. Gil, 2003: 82 sgts.

<sup>168</sup> Gil, 2003: 82 sgts.

<sup>169</sup> Gil, 2005 a: 255.

<sup>170</sup> Gil, 2003: 83.

<sup>171</sup> Gil, 2003: 83.

<sup>172</sup> Gil, 2003: 82.

<sup>173</sup> Gil, 1961: 51.

<sup>174</sup> Gil, 2003: 83.

<sup>175</sup> Gil, 2003: 88.

<sup>176</sup> Gil, 2003: 84.

<sup>177</sup> Gil, 2003: 82, 84.

<sup>178</sup> Gil, 2003: 216.

<sup>179</sup> Gil, 2003: 214.

acção, pedra basilar da inteligibilidade. Uma acção que se entrecruza – tanto na leitura de Fichte quanto na da Dedução Transcendental da *KrV* que Fernando Gil propõe – com a imaginação. A inteligibilidade máxima é suposta dela resultar. O objectal deduz-se do operatório. A convicção prolonga a persuasão, na medida em que o operatório se expõe na sua actualidade (quer dizer: em que a fundação resiste à sua ocultação pelo fundamento), a Dialéctica trabalha a Analítica, o pensamento o conhecimento. Vê-se aqui o brilho da evidência, que o exemplo tão bem exprime, a experiência daquilo que talvez se pudesse chamar a “acção afinitária”.

### **Bibliografia**

- Gil, Fernando – (1961) *Aproximação Antropológica*, Guimarães Editores, Lisboa.
- (1984) *Mimésis e Negação*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa.
  - (1986a) *Provas*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa.
  - (1986b) *Cruzamentos da Enciclopédia, Prelo*, Lisboa, nº especial.
  - (1996) *Tratado da Evidência*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa (*Traité de l'évidence*, Millon, Grenoble, 1993).
  - (1998) *Modos da Evidência*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa.
  - (2001) *Mediações*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, 2001.
  - (2003) *A Convicção*, Campo das Letras, Porto, 2003 (*La Conviction*, Flammarion, Paris, 2000).
  - (2005a) *Acentos*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa.
  - (2005b) « Inteligibilidade finalista, inteligibilidade expressiva », separata de 2005a.
  - (2005c) “O Hospital e a Lei Moral”, *Atlântico*, nº 7, 2005, pp. 29-31.

